SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/02/2015 - Telesíntese

Prejuízo da Claro aumenta 207% no último trimestre de 2014

Empresa divulga pela primeira vez balanço financeiro para o mercado brasileiro após fusão com NET e Embratel. Nos resultados, rede fixa (NET e Embratel) aparece como principal geradora de receita para o grupo Claro no país, faturando 171% mais que a operação de telefonia móvel.

O primeiro balanço da Claro após a fusão com NET e Embratel mostra aumento do prejuízo da companhia entre 2013 e 2014. Em dezembro, a empresa de telefonia móvel registrava perdas líquidas de R$ 781,3 milhões, ante saldo negativo de R$ 254,5 milhões no último trimestre de 2013. No saldo anual, porém, o prejuízo apresenta redução de 14,4%, alcançando R$ 1,082 bilhão.

O balanço traz dados ambíguos sobre a evolução da Claro no país. A receita total caiu 7,9%, para R$ 3,64 bilhões entre outubro e dezembro. No ano, porém, cresceu 1,1%, atingindo R$ 13,836 bilhões. O EBITDA do último trimestre de 2014 cresceu 14,6% sobre o mesmo período de 2013, ficando em R$ 944,9 milhões. No ano, aumentou 31,3%, chegando a R$ 3,59 bilhões.

Segundo a empresa, a receita trimestral encolheu por efeito da redução da tarifa de interconexão (VU-M) na telefonia móvel. Sem essa variável, a receita teria crescido 8,3% no trimestre e 12,4% no ano, diz o balanço financeiro.

Para o grupo América Móvil, o Brasil aparece como mercado de maior crescimento em 2014. A Claro (com NET e Embratel) fechou o ano com 107,2 milhões de acessos (móveis e fixos), 5,6% mais que em 2013. A Claro tem 71,107 milhões de usuários de telefonia móvel. No acesso fixo, a NET registra 36,096 milhões de assinantes.

Na telefonia móvel, 15,5 milhões de usuários são pós-pagos, e 55,4 milhões são pré. A receita média por usuário (ARPU)caiu 4,4% no trimestre, de R$ 16 para R$ 15. Em compensação o churn também teve redução de 0,4%, passando a 3,2%. A NET aumentou em 10,4% o número de usuários (unidades geradoras de receita).

Os resultados pro-forma da companhia, que incluem as sinergias da fusão entre Claro, NET e Embratel, indicam receita de R$ 9,28 bilhões — 5,6% mais que no quarto trimestre de 2013. No ano, a receita chega a R$ 35,6 bilhões, uma alta de 7,2%. A parte de comunicação fixa faturou R$ 6 bilhões no trimestre e R$ 21,2 bilhões no ano, crescendo 10,6%. O montante é 171% maior que a participação da telefonia fixa no balanço do grupo no país. O EBITDA ficou em R$ 2,3 bilhões no trimestre, e em R$ 9 bilhões no ano (alta de 10,6%).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/02/2015 - Telesíntese

Câmbio afeta balanço da América Móvil, que vê lucro encolher 78%

Grupo aumentou receita em quase 3% apesar de diminuição no ritmo de crescimento nas Américas e perda de mercado na Europa.

A América Móvil viu seu lucro líquido encolher 77,8% no último trimestre do ano. A companhia credita a diminuição à conversão, em pesos, dos ganhos das operações mundo afora. A moeda do México apresentou perda de valor de 12,6% frente o dólar e 13,4% em relação ao real.

Na ponta do lápis, a empresa teve receita 2,7% maior, de 229,3 bilhões de pesos (US$ 15,1 bilhões) entre outubro e dezembro de 2014 e lucro líquido consolidado equivalente a US$ 238,9 milhões. O EBTDA diminuiu 11,2%, indo a cerca de US$ 4,5 bilhões.

A empresa também justifica o menor ritmo de crescimento no faturamento à situação econômica dos mercado em que atua. "Particularmente devido à introdução de novas medidas regulatórias que incluem taxas de interconexão reduzidas", explica no balanço.

Nas Américas, a receita cresceu 4,9% no terceiro trimestre, mas desacelerou para aumento de 3,9% no quarto trimestre.Na Europa, a empresa obteve crescimento de 2,7% entre julho e agosto, mas encolheu 3,9% entre outubro e dezembro por conta da aquisição da Austria Telekom.

Ainda assim, o grupo conseguiu reduzir sua dívida. Em 31 de dezembro a dívida era de US$ 41,3 bilhões ante US$ 43,7 bilhões em 2013.

Ano de 2014

No balanço do ano, a receita aumentou 2,9% alcançando US$ 56,8 bilhões. O EBITDA ficou em US$ 18,3 bilhões com aumento de 0,9%,enquanto o lucro líquido despencou de 37,3%, para US$ 4,9 bilhões.

A receita com serviços de dados móveis cresceu 14,6% no ano, seguida da TV paga que aumentou 12,7%. O faturamento com banda larga fixa teve alta de 12%. Em voz, tanto fixa quanto móvel, houve diminuição de uso.

Atualmente, a receita com voz em telefonia móvel representa 34% do faturamento total do grupo. Dados móveis são 27,8% enquanto voz fixa, banda larga fixa e TV por assinatura representam 15,4%, 13,8% e 9%, respectivamente. A companhia também divulgou o balanço para cada operação por país, incluindo a Claro, no Brasil.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/02/2015 - Telesíntese

Oi publica nova meta para assembleia de amanhã: redução da dívida em 2016

A Oi divulgou ontem à noite ,10, fato relevante para a nova assembleia a ser realizada neste dia 12 (quinta-feira), e que deverá aprovar a venda da Portugal Telecom para a Altice. Mantém a previsão de endividamento de 4,5 vezes o EBITDA e de até 6 vezes o EBITDA para 2014, se tiver que assimilar as dívidas da operadora portuguesa. Mas o comunicado traz uma novidade: prevê redução substancial da dívida em 2016, de até 4 vezes o EBITDA já a partir do primeiro trimestre do próximo ano.

A Oi divulgou ontem à noite ,10, fato relevante para a nova assembleia a ser realizada neste dia 12 (quinta-feira), e que deverá aprovar a venda da Portugal Telecom para a Altice. Mantém a previsão de endividamento de 4,5 vezes o EBITDA e de até 6 vezes o EBITDA para 2014, se tiver que assimilar as dívidas da operadora portuguesa. Mas o comunicado traz uma novidade: prevê redução substancial da dívida em 2016, de até 4 vezes o EBITDA já a partir do primeiro trimestre do próximo ano.

A Assembleia de debenturistas que estava convocada para o dia 26 de janeiro, para decidir sobre a venda da PT Portugal (operadora) para a francesa Altice (operação aprovada pela golidng PT SGPS na semana passada), acabou adiando a decisão, para que a concessionária detalhasse a dívida da empresa com a operação da Portugal Telecom.

Na convocação da assembleia desta semana, a Oi também informa que não haverá distribuição de dividendos, conforme a empresa já havia comunicado ao mercado.

12/02/2015 - CUT

"Petrobrás é vital para o futuro do país"

Secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre fala sobre conjuntura econômica e chama sociedade para atos em defesa da Petrobrás

Em entrevista ao Portal da CUT nesta terça-feira (10), o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores nacional, Sérgio Nobre, ressaltou a necessidade de defender a Petrobrás dos ataques especulativos que tentam desconstruir a estatal.

"É claro que nós defendemos a apuração dos desvios, das denúncias de corrupção. A corrupção é um câncer que precisa ser extirpado do nosso país. Agora, a empresa, por sua importância estratégica na soberania do país, tem que ser preservada. Ela é um patrimônio da sociedade brasileira, não podemos permitir, de maneira nenhuma, que em nome do combate à corrupção se inviabilize a empresa como estão fazendo", afirma Nobre.

No dia 24 de fevereiro, no Rio de Janeiro, os trabalhadores lançarão um manifesto em defesa da empresa. No dia 13 de março, estão sendo organizadas manifestações nas capitais do país em defesa da Petrobrás, dos direitos e da Reforma Política.

Para Sérgio Nobre, a questão da Petrobrás aflige a todos os trabalhadores, desde os petroleiros que trabalham na empresa até professores e agentes de saúde, que recebem investimento com base nos royalties do petróleo. A defesa da empresa, portanto, deve ser encampada por toda a sociedade. "Acho que poucos trabalhadores sabem da importância do que está acontecendo na Petrobrás".

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O secretário falou ainda sobre as críticas da Central às Medidas Provisórias 664 e 665, a vigilância das Centrais sindicais sobre as pautas trabalhistas no Congresso Nacional e as negociações que se iniciam com o governo.

Confira trechos da entrevista:

A CUT vem se manifestando contrária à política econômica e de ajuste fiscal defendida pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, baseada na ampliação das dificuldades de acesso a benefícios históricos dos trabalhadores. Como vê esta análise agora, após o Dia Nacional de Lutas e após serem apresentadas emendas às MPs?

A CUT tem se posicionado sobre as medidas econômicas desde o início do ano e não alteramos nosso ponto de vista: nós acreditamos que elas apontam para a recessão econômica, restringem recursos que deveriam ser destinados ao investimento e retiram direito dos trabalhadores. Se o país cresceu nos últimos 12 anos, ele cresceu exatamente pelo contrário do que está sendo feito agora. Cresceu porque apoiou-se a produção e ampliou a renda dos trabalhadores e os programas sociais. Esse foi o caminho do crescimento. A agenda atual, de retirar recursos da economia e provocar recessão, é a que foi adotada na Europa e, se funcionasse, o continente já teria saído da crise há muito tempo. Em vez disso, o que vemos é que a crise lá só se aprofunda, justamente por causa desse receituário.

A política econômica e as medidas provisórias 664 e 665 estão equivocadas. Quanto à Economia, nosso caminho deve ser de redução dos juros, não de aumento. Deve ser investir cada vez mais na produção, ampliar crédito, criar empregos. E não restringir conquistas dos trabalhadores como fizeram as medidas provisórias. Em um país como o nosso, que ainda tem muito o que fazer para proteger seus trabalhadores - nós não somos uma Alemanha ou uma Dinamarca -, a pouca proteção que se tem precisa ser preservada. Medidas como mexer no seguro-desemprego, nas pensões de viúvas, são medidas muito ruins em termos sociais. Nós temos denunciado isso e continuaremos denunciando.

A CUT vem defendendo também que é preciso interferir nas Medidas Provisórias, mas sem deixar de lado pautas históricas que podem ser tratadas no Congresso sem o conhecimento das centrais. Como nos preparar para essas frentes?

O atual Congresso Nacional tem um perfil extremamente conservador, pior para os trabalhadores do que era o anterior. E, nele, existem dezenas de projetos que são prejudiciais à classe. O PL 4.330, que trata da terceirização, é um deles. Está pronto para votação, e sua aprovação é danosa para todas as categorias. Tem outros, como os que tratam do direito de greve, um direito sagrado dos trabalhadores. Tem projeto até para aumentar a jornada de trabalho.

Diante desse cenário, as centrais definiram que nós tenhamos um monitoramento permanente no Congresso, porque, com esse perfil, ele pode, na calada da noite, pegar um desses projetos e aprovar sem que ninguém saiba. Nós monitoramos o que entra em votação com um plantão presencial e permanente no Congresso, uma alternância semanal das centrais sindicais, para que não corramos nenhum risco de que algo seja votado sem nosso conhecimento. Isso é uma estratégia. No momento, temos uma atenção especial com o PL 4.330, porque ele é um projeto que, se aprovado, pode promover retirada ainda maior de direitos do que se imagina.

Como está a negociação com o governo?

Nós conseguimos abrir uma agenda de negociação com o governo sobre três temas importantes: Indústria, Medidas Provisórias e Plano Plurianual (PPA). A indústria está no centro das nossas preocupações agora, pelo seu enfraquecimento e as consequentes possibilidades de demissões. Quanto às MPs, nós queremos alterar significativamente o seu conteúdo, que atinge diretamente os trabalhadores, em especial os mais frágeis. E discutir as metas do governo no plano plurianual é importante para sabermos como está sendo traçado o futuro do país.

A abertura da pauta é uma vitória oriunda da mobilização que fizemos em 28 de janeiro. Agora, é preciso ter consciência de que essas negociações só andam se houver pressão nas ruas. Se as ruas estiverem indiferentes à negociação, ela não vai andar. Por isso nós temos que casar, como tem sido a estratégia da CUT, ser competente na negociação e ser mais competente ainda na mobilização de massa.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

A mobilização de 28 de janeiro foi o Dia Nacional de Lutas por Emprego e Direito, que demonstrou a contrariedade das centrais sindicais às medidas anunciadas pelo governo. Quais outras ações estão sendo pensadas?

Nós estamos convocando a população a se engajar em manifestações importantes que merecem destaque. Uma delas é para enfrentar os ataques feitos contra a Petrobrás, e acontecerá em 13 de março, por todo o Brasil. No dia 24 de fevereiro, vamos lançar um manifesto em defesa da estatal, para chamar a atenção para o problema, e, no dia 13 de março, uma ampla mobilização em defesa da empresa. Também nesta quinta-feira (12) nós vamos ter uma reunião com todas as centrais sindicais para preparar a 9ª Marcha da Classe Trabalhadora, quando nós vamos apresentar um conjunto de reivindicações trabalhistas para que tenhamos um anúncio importante no 1º de maio. A marcha está prevista para final de março ou começo de abril, a depender da conjuntura.

As ações em defesa da Petrobrás terão maior destaque nas próximas ações da CUT.

Nós temos consciência de que a Petrobrás é vital para o futuro do país. É ela quem vai explorar o pré-sal, e é de lá que sairão os recursos para melhorar a saúde e para melhorar a educação, como previsto na destinação dos royalties. Portanto, é preciso perceber que a Petrobrás não é um tema específico dos petroleiros, é um tema do conjunto da sociedade.

É um tema dos petroleiros, claro, mas é também um tema dos metalúrgicos, porque todo setor naval, que estava morto, só foi reativado com a decisão da Petrobrás de fazer navio no Brasil e não em Cingapura. É um tema de todos os trabalhadores da indústria, pela cadeia produtiva tanto do petróleo como das máquinas envolvidas com derivados dele. É um tema dos profissionais da educação e da saúde. É do povo brasileiro. O papel da CUT daqui até o dia 13 é mostrar que a Petrobrás, sozinha, representa 13% do PIB do país. E que se 13% do PIB do país forem retirados da economia, o país entra em crise.

É claro que nós defendemos a apuração dos desvios, das denúncias de corrupção. A corrupção é um câncer que precisa ser extirpado do nosso país. Agora, a empresa, por sua importância estratégica na soberania do país, tem que ser preservada. Ela é um patrimônio da sociedade brasileira, não podemos permitir, de maneira nenhuma, que em nome do combate à corrupção se inviabilize a empresa como estão fazendo.

Veja só: os fornecedores brasileiros da Petrobrás, que são inúmeros, estão proibidos de participar de novas licitações da empresa. Há trabalhadores sem receber salário há meses, porque os fornecedores não recebem os pagamentos da Petrobrás. Esse bloqueio, além dos atrasos, está levando a milhares de demissões pelas empresas menores, e facilitando a entrada de empresas estrangeiras para fazer os trabalhos antes feitos por brasileiros. Isso tem que ser denunciado. Acho que poucos trabalhadores sabem da importância do que está acontecendo na Petrobrás.

Há muita confusão em torno do tema, talvez por excesso de informação, talvez por distorção. Como dialogar com as nossas bases e esclarecer o que acontece?

Nós estamos vivendo um momento em que as redes sociais propiciam isso. Nós temos muita informação em todos os lugares, e tem informação que é verídica, tem informação que é plantada. Temos que, de alguma maneira - sei que isso não é fácil - selecionar essas coisas. Precisamos monitorar as informações que andam pelas redes, separar aquilo que nos interessa daquilo que não nos interessa, para não haver confusão.

Outra coisa é manter permanentemente nossos associados, nossos sindicatos, nossos ramos, interagindo com as decisões, análises e informações da CUT nacional. Com nossa análise e com aquilo que estamos produzindo. Nós estamos vivendo de fato uma conjuntura muito difícil, com possibilidade de uma crise econômica iminente que pode gerar demissões e esse ataque à Petrobrás, que é muito grave. Agora, o que nós não podemos é nos deixar levar por informações falsas. Devemos que aperfeiçoar nossos veículos de comunicação e estreitar as nossas relações de comunicação com nossas bases. Isso é um enorme desafio, que na comunicação nós temos que vencer.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/02/2015 - CUT

TST mantém condenação do HSBC por assédio moral

Valor é de R$ 100 mil por prática generalizada de assédio moral em uma agência de Macapá

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação do banco HSBC em R$ 100 mil por prática generalizada de assédio moral em uma agência de Macapá (AP). A Primeira Turma do tribunal negou provimento ao agravo da empresa contra sentença da 2ª Vara do Trabalho da cidade, em processo movido pelo Ministério Público do Trabalho no estado (MPT-AP). Com o agravo, a instituição financeira pretendia anular a decisão de primeira instância sob a alegação de que o MPT não teria legitimidade para atuar no caso.

Para a empresa, "não se trata, sob qualquer hipótese, de defesa de interesses coletivos ou mesmo direitos individuais homogêneos, mas apenas a pretensão de viabilizar o adimplemento de direitos individuais de alguns empregados, baseados em relatos de três ex-empregados, situação na qual extrapola em muito sua esfera de atuação". O MPT ajuizou o processo após depoimentos de empregados da agência relatarem ameaças e humilhações cometidas pelo mesmo gerente, como gritos na frente de colegas e clientes e isolamento de funcionários. Diante da recusa do banco em assinar termo de ajuste de conduta (TAC), foi proposta a ação.

Ao negar o agravo, o ministro Walmir Oliveira da Costa, relator do caso, destacou que os artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, e 83, inciso III, da Lei Complementar 75/93 autorizam o MPT a promover, no âmbito da Justiça do Trabalho, ação civil pública "visando à defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos".

Ele também ressaltou que a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST, órgão responsável pela uniformização da jurisprudência, tem entendimento pacificado sobre a legitimidade do MPT para tutelar direitos e interesses individuais homogêneos. Segundo Costa, o fato de a ação civil pública "envolver discussão acerca de direitos que variem conforme situações específicas, individualmente consideradas, não é suficiente, por si só, para impor limites à atuação do MPT na defesa de interesses sociais".

Sentença – A 2ª Vara do Trabalho de Macapá condenou o banco ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e proibiu o HSBC de cometer ou admitir a prática de assédio moral por seus gestores. A sentença determinou ainda a adoção de medidas para garantir o ambiente de trabalho sadio, como a realização de palestras sobre o tema e manutenção de equipe de apoio médico-psicológico para apurar queixas e propor a punição dos responsáveis.

Para anular a sentença, o HSBC apelou ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA-AP), que rejeitou o argumento de ilegitimidade do MPT, mas acolheu parte do recurso para afastar a indenização por dano moral, mantendo as demais determinações da decisão de primeiro grau.

O banco ainda foi multado pelo TRT por litigância de má-fé, devido a ter afirmado no recurso que o MPT propôs acordo de R$ 50 mil a ser revertido ao próprio órgão, quando a ata da audiência registra que o destinatário seria o Ministério do Trabalho, gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/02/2015 - Portal Vermelho

Poder de compra do salário mínimo é o maior desde 1965, diz BC

O poder de compra do salário mínimo em janeiro de 2015 é o maior desde agosto de 1965, superado apenas pelo registrado no período de julho de 1954 a julho de 1965. A informação é do Banco Central por meio do boletim regional divulgado nesta terça-feira (10).

Uma luta histórica das centrais sindicais garantida desde 2003, durante o governo Lula, a política de valorização do salário mínimo tem reflexos em toda a economia passando pelo aumento do poder de compra dos assalariados e dos beneficiários da previdência social.

De acordo com o levantamento, o rendimento da população ocupada no país, com renda de até um salário mínimo cresceu 52% a mais do que o salário mínimo (36% no Norte; 48% no Nordeste; 49% no Sul; 56% no Centro-Oeste; e 60%, no Sudeste). Da mesma forma, o aumento dos rendimentos da faixa de um a um e meio salário mínimo superou o do salário mínimo em 1%, no País (6% no Nordeste, Sul e Centro-Oeste).

Segundo o BC, a análise das variáveis indica, portanto, que elevações reais dos rendimentos do trabalho em anos recentes – em especial nas faixas de menor rendimento – foram determinadas, em parte, pela valorização do salário mínimo. "Nesse cenário, houve aumento da participação da renda do trabalho no valor adicionado da economia, e, dada a persistência do movimento, é plausível afirmar que também houve repasse aos preços", diz o relatório.

Salário-mínimo contribui para elevação da renda

De fato, a valorização do salário mínimo é o carro-chefe da melhoria da renda dos trabalhadores puxando a elevação dos salários de toda a cadeia produtiva. De acordo com o Dieese, no âmbito da negociação coletiva feita por categoria, entre sindicatos e patrões, foram expressivos os impactos da política de valorização, pois os menores valores pagos às diferentes categorias beneficiaram-se da elevação do mínimo.

Ainda segundo o Dieese, independentemente da categoria sindical e da existência ou não de piso instituído por negociação, os menores salários foram afetados positivamente pelo aumento do salário mínimo.

Rendimento por região

O BC aponta a evolução do indicador que relaciona rendimentos médios do trabalho e valor adicionado por trabalhador mostra que os rendimentos do trabalho aumentaram, de 2003 a 2014, em todas as regiões, com avanço oscilando de 17% no Sudeste a 40% no Centro-Oeste.

Em linhas gerais, na amostra analisada pelo estudo do BC, foram identificadas trajetórias crescentes para o salário mínimo e o rendimento médio real do trabalho, em todas as regiões.

Marcas de Lula e Dilma

O desenvolvimento social foi a principal marca dos governos de Lula e Dilma. E a valorização da renda foi um dos instrumentos dessa decisão política estratégica. Calcula-se que o aumento real do salário mínimo chegou a 74%, que, associado à geração de mais 20 milhões de empregos, garantiram a ascensão social de todas as camadas da sociedade.

Em 29 de janeiro, o IBGE divulgou dados que confirmam o ganho no poder de compra no rendimento de todos os grupamentos de atividade econômica. Mas os grupamentos com os maiores aumentos percentuais foram aqueles com os menores rendimentos.

A Lei das Domésticas, por exemplo, impactou diretamente na renda desses profissionais, que em sua maioria tem o salário mínimo como base. De 2003 a 2014, um trabalhador doméstico elevou a sua renda em 69,9%, sendo o grupamento com maior aumento.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/258740-2

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/02/2015 - RBA

Pronatec Aprendiz tem meta de oferecer 12 milhões de vagas até 2018

No caso das micro e pequenas empresas, que representam 95% do universo empresarial do país, o programa vai cobrir os custos de treinamento e acompanhamento, cabendo a elas apenas o pagamento do salário

O Ministro da Educação (MEC), Cid Gomes, espera oferecer 12 milhões de vagas para jovem aprendiz até o final de 2018, quando termina o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. "Existe já um programa nacional que é o Menor Aprendiz. E esse programa está muito presente em grandes e médias empresas, até por obrigatoriedade. Mas essas empresas só representam 5% do universo empresarial, então agora nós queremos massificar", afirmou o ministro da Educação, Cid Gomes, ao deixar um encontro com o ministro da Secretaria de Micro e Pequena Empresa (SMPE), Guilherme Afif, quando assinaram cooperação entre as pastas para custear o treinamento de jovens em empresas de pequeno porte.

Afif explicou que, atualmente, cabe às grandes empresas arcarem com os custos de acompanhamento do jovem durante o período de estágio dentro da empresa. No caso das micro e pequenas empresas, que representam 95% do universo empresarial do país, o Pronatec Aprendiz vai cobrir os custos de treinamento e acompanhamento, cabendo a elas apenas o pagamento do salário. Outra mudança é a possibilidade de o jovem ingressar ao mercado com 14 anos.

Cid Gomes ressaltou ainda que existe a necessidade de garantir maior acesso a programas de capacitação técnica voltados aos jovens do país. De acordo com ele, em países como a Alemanha e a França, a relação entre profissionais com nível de instrução técnica é de cinco para cada um com nível superior.

"No Brasil, que já padece de um histórico baixo de profissionais de nível superior, embora esse quadro esteja mudando aceleradamente, a relação é de um profissional (com nível superior) para meio (com nível técnico). Essa é uma das razões que motivaram o governo a colocar em ação esse programa Pronatec", disse. "Vai ser um oportunidade para milhões de jovens e isso, sem dúvida nenhuma, terá impacto positivo na nossa economia", completou Cid Gomes.

11/02/2015 - Portal Vermelho

BB tem lucro líquido de R$ 3 bilhões no quarto trimestre de 2014

O Banco do Brasil (BB) registrou lucro líquido de R$ 3 bilhões no quarto trimestre de 2014, informa balanço divulgado nesta quarta-feira (11) pela instituição. Na comparação com o terceiro trimestre, quando o montante ficou em R$ 2,8 bilhões, houve incremento de 4,7% no lucro líquido. A remuneração dos acionistas no fechamento do ano atingiu R$ 1,2 bilhão, o que equivale a 40% do lucro líquido.

O crédito imobiliário cresceu 59,1% em dezembro de 2014 na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo saldo de R$ 38,8 bilhões. O financiamento às empresas cresceu 74% em um ano, representando R$ 10,3 bilhões. Em relação às pessoas físicas, houve aumento de 54,3% no mesmo período, um saldo de R$ 28,5 bilhões.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/258711-2